



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
*Comitê de Tecnologia da Informação*

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Aos cinco (05) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete (2007), às nove horas e trinta minutos (09h30), no auditório "Procurador de Justiça João Bosco Carneiro," reuniu-se o Comitê de Tecnologia da Informação, constituído pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no Diário Oficial de Justiça do dia 11 de outubro de 2007 e composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcante, Promotor de Justiça Corregedor Alexandre César Fernandes Teixeira, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento em exercício Marlene Pereira da Silva, Coordenadora de Informática Maria José Gomes de Oliveira e o Programador Daniel Cavalcanti Lins Falcão.** A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos submetendo à aprovação a ata da primeira reunião do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros assinaram a referida ata e Dr. Alcides pediu para que a Diretora de Planejamento encaminhasse através de ofício uma cópia daquela juntamente com o relatório da 2ª Reunião de Trabalho da Comissão Nacional de Informatização do CNPG à Procuradora-Geral de Justiça. Prosseguindo o Dr. Alcides Jansen fez a apresentação ao Comitê de Relatório referente à sua participação, juntamente com o Programador, Daniel Cavalcante Lins Falcão, na 2ª Reunião de Trabalhos da Comissão Nacional de Informatização do CNPG, realizada em Brasília, na sede do MPDFT, nos dias 18 e 19 de outubro do corrente ano. Demonstrou a situação precária e de certo atraso em termos de tecnologia da informação que vivencia o Ministério Público da Paraíba em comparação com boa parte dos Ministérios Públicos do País, destacando que: em relação a equipamentos figuramos em 18º lugar no quadro nacional, quanto ao acesso à rede mundial de computadores (internet) em 21º lugar e termos de recursos humanos da área específica de informática (suporte, desenvolvimento, atendimento,

internet, administração de redes, segurança etc...), ostentamos o 22º lugar no plano nacional. Falou também que Representantes dos Ministérios Públicos de nove Estados apresentaram soluções para área de informática e ainda observou que a principal finalidade do CNPG ao idealizar a Comissão Nacional de Informática, desde o primeiro encontro, foi a de preparar o Ministério Público Brasileiro para a implementação plena do Processo Judicial Informatizado, a partir da Lei nº 11.419/06. Continuando, deu notícia de que participara, também, de uma reunião restrita aos quatorze membros do Ministério Público presentes, na qual se observou o propósito inicial de conceber-se um sistema único, padronizado, para os MP's de todo País. Ainda com a palavra, Dr. Alcides solicitou que fosse agendada reunião com o pessoal do Tribunal de Justiça da área de informática e também com o Ministério Público de Pernambuco para apresentação do Sistema Arquimedes no Auditório João Bosco Carneiro, na Sede da Instituição. Continuando Dr. Alcides sugeriu a realização de um Seminário na área de Tecnologia da Informação; todos os membros do Comitê concordaram com as propostas do Coordenador, ficando a Diretoria de Planejamento com a incumbência de organizar junto ao CEAF o referido Seminário. Os membros do Comitê parabenizaram os representantes da Paraíba pelo êxito da 2ª Reunião de Trabalho da Comissão Nacional da Informação do CNPG. O Dr. Alexandre sugeriu convidar para o Seminário, o Diretor da Área de Informática do STJ. Dr. Gustavo falou que ao ser concebido o futuro sistema, deveria haver previsão de que o Processo Administrativo e o Inquérito Civil seriam movimentados por servidor auxiliar que ficaria encarregado de realizar protocolo e o recebimento do processo e encaminhar ao Promotor. Ainda com a palavra o Dr. Gustavo enfatizou a necessidade, quando da implantação de um sistema informatizado, da figura do alimentador. Retomando a palavra o Dr. Alcides observou que apesar de entender que Dr. Gustavo tem razão, às vezes o Promotor também tem que alimentar o sistema, inclusive por razões de sigilo. Dr. Gustavo também lembrou que a pedido da Procuradora-Geral de Justiça contatou a associação ATECEL, ligada à Universidade Federal de Campina Grande e a Fundação Parque Tecnológico, em Campina Grande, para manifestar-lhes a necessidade do MPPB em obter um software, já havendo a ATECEL enviado uma proposta de sistema baseado em tecnologia web, que foi visto pelo Comitê, semelhante em estrutura ao que desenvolve Daniel; após isso, afirmou que não poderia continuar esses contatos, por não se tratarem de objetos das atribuições de Curador das Fundações, e que outra pessoa fosse indicada para esse contato. Com a palavra a Coordenadora Maria José falou do andamento do inventário dos equipamentos de informática, informando que da Sede e anexos aquele já está concluído, quanto as demais Promotorias, continua aguardando o levantamento da Diretoria Administrativa, para a finalização. Continuando, a Coordenadora da COINF falou também da aquisição de 41(quarenta e uma) licenças para consultas no site jurídico da Editora MAGISTER, as quais foram disponibilizadas da seguinte forma: dezoito para os gabinetes dos Procuradores de Justiça; seis para os Assessores Técnicos; uma para o Subprocurador-Geral, duas para a Corregedoria-

Geral; uma para a Coordenação da C.C.I.A.I.F; duas para a Coordenação da CAIMP João Pessoa e Campina Grande; duas para os CAOPS João Pessoa e Campina Grande; uma para o Secretário Geral; uma para o GAECO; uma para a Comissão de Sonegação Fiscal; uma para a Comissão de Gestão, uma para Assessorias do Conselho e Colégio; uma para a Diretoria Administrativa; uma para a Comissão de Licitação e uma para Coordenadoria da Assessoria Técnica. Em seguida, dada a palavra ao Programador Daniel, este apresentou uma proposta para um sistema integrado enfocando o registro dos atendimentos e procedimentos das Promotorias, o registro e movimentação dos Membros no MP e funcionalidades para acompanhamento da Corregedoria-Geral sobre as Promotorias, fazendo uso da Internet e Intranet, ficando para uma melhor avaliação da sua aplicabilidade, após a demonstração do Sistema Arquimedes, a qual ficou prevista para se realizar ainda no mês em curso. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos e Eu, \_\_\_\_\_, Secretária, lavrei a presente Ata que assino com os demais Membros do Comitê de Informática. João Pessoa, 05 de novembro de 2007.

**Alcides Orlando de Moura Jansen**  
Procurador de Justiça – Coordenador

**Cláudio Antônio Cavalcanti**  
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

**Alexandre César Fernandes Teixeira**  
Promotor de Justiça Corregedor

**Gustavo Rodrigues Amorim**  
Promotor de Justiça

**Marlene Pereira da Silva**  
Diretora de Planejamento em exercício

**Maria José Gomes de Oliveira**  
Coordenadora de Informática

**Daniel Cavalcanti Lins Falcão**  
Programador